SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva. Patrimônio Público. **Apontamentos à Lei anticorrupção empresarial**: Lei n. 12.846/13. São Paulo: Ministério Público, 2015. 127 p. ---- *Localização: 343.352(81)(094.46) / Sa63a*

APRESENTAÇÃO 13

1. Responsabilização judicial x responsabilização administrativa na Lei Anticorrupção: independência de instâncias, interferência de instâncias e intersecção entre instâncias
Ronaldo Pinheiro de Queiroz 15

2. Controle Interno e Efetividade da Lei Anticorrupção – Responsabilização Administrativa em Âmbito Estadual
Gustavo Ungaro 25

3. O papel dos estados e municípios no cumprimento da Lei n.º 12.846/13
Mário Vinícius Claussen Spinelli 31

4. Harmonização entre a lei de improbidade administrativa e a lei anticorrupção empresarial
Silvio Antonio Marques 37

5. A Lei n. 12.846/2013 e o panorama de "leis anticorrupção" no ordenamento brasileiro
Wallace Paiva Martins Junior 49

6. Responsabilização e Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira na lei nº 12.846/13
Beatriz Lopes de Oliveira e Rita de Cássia Bérgamo 59

7. O Instituto da Leniência na Lei n° 12.846/13
Arthur Pinto de Lemos Júnior 77

8. Programas de *Compliance* no Âmbito da Lei 12.846/2013: Importância e Principais Elementos
Carlos Henrique da Silva Ayres 83

ANEXO
Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 97
Decreto federal nº 8.420 de 18 de março de 2015 107
Decreto estadual nº 60.106, de 29 de janeiro de 2014 125